

## Acórdão nº 9.404/2016/Plenário-TCE/AC

**NATUREZA DO FEITO:** Processo nº 18.894.2014-80-TCE  
**ASSUNTO:** Prestação de Contas do Fundo de Desenvolvimento Estadual – FDE, exercício de 2013.  
**RESPONSÁVEL:** Senhor Márcio Veríssimo Carvalho Dantas  
**RELATOR:** Conselheiro José Augusto Araújo de Faria  
**VOTO VENCEDOR:** Conselheiro Antônio Jorge Malheiro

Prestação de Contas. Fundo de Desenvolvimento Estadual. Necessidade de maior detalhamento em notas explicativas no ajuste patrimonial. Regularidade com Ressalvas.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do voto Conselheiro Antônio Jorge Malheiro em considerar **regular com ressalvas** as Contas do Fundo de Desenvolvimento Estadual - FDE, exercício de 2013, valendo como ressalva a necessidade de maior detalhamento em notas explicativas no ajuste patrimonial efetuado e que havia sido orientado e exigido por esta Corte. **Vencido o** Conselheiro-Relator, seguido pelo Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro, que votou: **a)** pela emissão de Acórdão considerando **irregular** a Prestação de Contas do Fundo de Desenvolvimento Estadual – FDE, exercício orçamentário e financeiro de 2013, de responsabilidade do Senhor Márcio Veríssimo Carvalho Dantas – Secretário de Estado à época, com fulcro na Lei Complementar Estadual nº 38/93, art. 51, inciso III, alíneas “a” e “b”, e Parágrafo único, em face da omissão no dever de prestar contas; grave infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; **e ainda**, pela reincidência no descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, feita em processo de Tomada ou Prestação de Contas e, não atendida as exigências dos itens I, II, III, IV e V, do art. 25 da Constituição Estadual; **2)** pela Instauração de Tomada de Contas Especial, com fulcro no § 1º, do art. 44, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, para que o gestor **apure** a destinação dos bens do Fundo, sob pena de devolução do valor de R\$ 527.359,00 (quinhentos e vinte e sete mil trezentos e cinquenta e nove reais), tudo na forma do caput do art. 54, do mesmo diploma legal. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** deste processo.

**Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre**  
**Rio Branco – Acre, 04 de fevereiro de 2016**

**Conselheira NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**  
Presidente do TCE/AC

**(Acórdão nº 9.404/2016/Plenário-TCE/AC – FL. 02)**

Conselheiro **ANTÔNIO JORGE MALHEIRO**  
Voto Vencedor

Fui presente:

**MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA**  
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC